



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 16/12/2020

ATA

| 1. Pendências de reuniões anteriores | Identificador |
|--|----------------------|
| 1.1. Aprovação da Ata da reunião anterior | |
| 1.2. Dr. Fabiano informou ao comitê que fora confirmado o problema de inserção de pessoas jurídicas cujos CNPJs já foram baixados na Receita, como relatado na última reunião. Informou também que há issue aberta para correção. | |
| 1.3. Dr. Fabiano informou que, em algumas regiões, foi confirmada a ocorrência de inconsistências no acesso de terceiros aos autos, conforme apontado na reunião anterior. | |

| 2. Novos itens para análise e deliberação | Identificador |
|---|----------------------|
| 2.1. Foi comunicada ao comitê a intenção do governo federal em testar com a Justiça do Trabalho a substituição de pagamentos atualmente feitos por GRU por PIX. Foi proposto que se teste inicialmente a substituição apenas dos pagamentos de custas processuais. | |
| Deliberação: a CTPJe irá avaliar o custo de se promover essa substituição para que o comitê decida sobre seu prosseguimento. | |

| | |
|--|--|
| 2.2. Comunicou-se a intenção da JT de implementar o PJe-Cor nas corregedorias trabalhistas até abril de 2021. | |
|--|--|

| | |
|--|--|
| 2.3. Sugeriu-se contatar o CNJ para verificar a possibilidade de usar espaço da nuvem já contratada por aquele órgão para instalação de versão de teste do PJe que venha a ser desenvolvida para arquitetura centralizada em nuvem. | |
| Deliberação: A SETIC fará o contato. | |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 16/12/2020

| | |
|--|--|
| <p>2.4. Márcio Nisi informou que o CNJ encaminhou a Resolução 358 aos Regionais e alguns desses preocuparam-se ao acreditar que teriam de atuar de imediato de forma a atender o disposto no normativo. Propôs-se que o comitê agisse para tranquilizar os Regionais, informando que a iniciativa será centralizada. Dr^a Carolina informou que a matéria conciliação é de responsabilidade da Vice-Presidência, mas que o comitê pode se manifestar, visto que a solução certamente será incorporada ao PJe.</p> | |
| <p>Deliberação: A Secretária-Geral irá contatar a Assessoria Jurídica.</p> | |

Estavam presentes:

| Nome |
|--|
| <p>Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST e do CSJT Coordenador do Comitê Gestor Nacional do PJe</p> |
| <p>Paulo Sérgio Pimenta Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região</p> |
| <p>Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do CSJT</p> |
| <p>Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST</p> |
| <p>Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT</p> |
| <p>Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST</p> |
| <p>Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região</p> |
| <p>Fábio Massahiro Kosaka Procurador do Trabalho</p> |